



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 223/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012

D. L.

Fls. 02

PROPOSIÇÃO VETO Nº 003/12

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 280/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 389/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 389/2011, de iniciativa parlamentar, tem por escopo disciplinar a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelecer critérios e funcionamento para essas empresas, no Estado do Paraná.

A edição de normas gerais em matéria de proteção e defesa do consumidor inscreve-se na competência da União (artigo 24, V, § 1º da Constituição Federal).

No exercício dessa competência, foi promulgada a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, que consubstancia regras de observância obrigatória em todo o território nacional. Aos Estados remanesce competência para particularizar tais regras, não podendo ultrapassar os limites fixados como norma geral, sob pena de inconstitucionalidade formal.

No caso da matéria sobre o qual versa o projeto - vendas ocorridas fora do estabelecimento comercial -, o Código de Defesa do Consumidor já traz, em seu conjunto, regras de proteção das quais são exemplos a venda por telefone ou em domicílio (artigos 33 e 49).

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. nº 11.353.759-0

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário



O Supremo Tribunal Federal (ADI nº 3.668 - DF) proclamou que no âmbito da competência constitucional concorrente relativa às relações de consumo, a União traçou as normas gerais a serem aplicadas a todos os entes da Federação na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC). O Ministro Relator Gilmar Mendes festejou o parecer da Procuradoria-Geral da República:

"Tal lei, na verdade, insere-se em tema referente à proteção do consumidor. (...)

O diploma impugnado padece, na realidade, de vício formal, em razão da ocorrência de usurpação da competência privativa da União, para fixar normas gerais relativas às relações de consumo (CF / 88, art. 24, V).

Pois bem, no presente caso, não se vislumbram quaisquer 'particularidades' ou 'peculiaridades locais' que configurassem minúcias que a 'União jamais poderia regular pela distância em que se encontra da periferia.

Com efeito, não há razão para que somente as agências bancárias situadas no Distrito Federal sejam obrigadas a afixarem, em suas entradas, tabelas relativas à taxa de juros, bem com o percentual dos rendimentos de aplicações financeiras oferecidas ao consumidor.

(...)

Nota-se, portanto, que o legislador distrital inovou acerca de tema sobre o qual não poderia fazê-lo."

A natureza de norma geral da propositura está evidenciada já no seu artigo 1º, por estabelecer regras sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, tema disciplinado pelo Decreto federal nº 6.523, de 31 de julho de 2008.

Nessa perspectiva, a intervenção do legislador estadual na forma pretendida traduz manifesta inconstitucionalidade, apta a infirmar a validade do ato legislativo, por invadir a esfera legiferante do Poder Central, o que configura afronta ao pacto federativo (Constituição Federal, artigos 1º e 18), situação que se mantém mesmo sob a ótica da defesa do consumidor, pois o assunto demanda tratamento uniforme para todo o País.

Registre-se, de outra parte, que a propositura, em seu artigo 2º, usurpa competência privativa da União (artigo 21, I, da CF), ao fixar prescrições sobre localização da hospedagem dos sítios eletrônicos. Sob esse ângulo a iniciativa invade tanto os limites para legislar sobre direito comercial, bem como sobre direito civil, matérias reservadas ao Poder Central.

Paralelamente, nova ofensa à Carta Federal se materializa no artigo 4º, inciso IV, que tangencia a segurança alimentar. Neste sentido, a



existência de vasta regulação sobre rotulagem, mormente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Por seu turno, o artigo 7º resvala a competência tributária dos Municípios, ao referir-se a impostos de competência municipal, caracterizando transgressão expressa ao pacto federativo. E, quanto aos tributos de titularidade do Estado, a medida acaba por golpear, novamente, a competência do Poder Central, a quem cabe estabelecer normas gerais em matéria de direito tributário, especialmente sobre definição de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários, e, quanto aos impostos que a própria Constituição discrimina; sobre os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes (arts. 146, III, "a" e "b", e 155, §2º, XII, "d").

Por derradeiro, ressalte-se que "no caso específico do ICMS, a Constituição Federal, devido o caráter nacional desse tributo sobre o consumo, porquanto abriga em sua base de incidência operações e prestações internas, interestaduais e até internacionais (comércio exterior), delegou à Lei Complementar a competência para disciplinar determinadas matérias (...). Pontuou que cabe à lei complementar definir quem são os contribuintes do ICMS, bem como fixar, para efeitos de incidência do imposto, a definição do estabelecimento responsável, bem como a delimitação do critério espacial da regra de incidência, elegendo o local onde se realizam as operações. E cuidou de elucidar que, tanto no caso da venda realizada via internet, quanto na venda presencial, o local da operação para efeitos de incidência do imposto será aquele do estabelecimento onde se encontra a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 389/11
(Autoria do Deputado Andre Bueno)

Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela *internet* e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º As empresas que exploram o comércio eletrônico de vendas coletivas através da *internet* deverão manter serviço telefônico de atendimento ao consumidor, gratuito e de acordo com as normas de funcionamento dos chamados *call centers*.

Art. 2º A hospedagem dos sítios de venda coletiva eletrônica deverá ser de responsabilidade de empresa com sede ou filial em território nacional, sendo obrigatória a identificação, na primeira tela do sítio, a informação acerca da empresa responsável pela hospedagem da página eletrônica.

Art. 3º As informações sobre a localização da sede física do sítio de vendas coletivas deverão aparecer, nos moldes do artigo anterior, na página principal do endereço da empresa na *internet*.

Art. 4º As ofertas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, em tamanho não inferior a vinte por cento da letra da chamada, para venda:

I – quantidade mínima de compradores para liberação da oferta;

II – prazo para a utilização da oferta por parte do comprador, que deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses;

III – endereço, telefone e sítio eletrônico da empresa responsável pela oferta;

IV – em se tratando de alimentos, deverá constar da oferta informações acerca de eventuais complicações alérgicas e outras complicações que o produto pode causar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 389/11

fls.2.

D. L.

V – a informação acerca da quantidade de clientes que serão atendidos por dia e a forma de agendamento para utilização da oferta por parte dos compradores; e

VI – a quantidade máxima de cupons que poderão ser adquiridos por cliente, bem como os dias da semana e horários em que o cupom da oferta poderá ser utilizado.

Art. 5º Caso o número mínimo de participantes para a liberação da oferta não seja atingido, a devolução dos valores pagos deverá ser realizada até em 72 (setenta e duas) horas.

Art. 6º As informações sobre ofertas e promoções somente poderão ser enviadas a clientes pré-cadastrados através do sítio, contendo expressa autorização para o recebimento das informações em sua conta de correio eletrônico.

Art. 7º Os impostos de competência Estadual e Municipal serão recolhidos na sede das empresas responsáveis pelo fornecimento do produto ou serviço, independentemente da localização da sede do sítio responsável pela sua veiculação.

Art. 8º Serão responsáveis pela veracidade das informações publicadas a empresa proprietária do sítio de vendas coletivas e o estabelecimento ofertante, respondendo solidariamente por eventuais danos causados ao consumidor.

Art. 9º Aplica-se ao comércio coletivo eletrônico, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 003/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 003/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 223/2012

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 389/11, de autoria do Deputado André Bueno que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 389/11, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 389/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 003/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 09 de janeiro de 2012, sendo desta maneira tempestiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

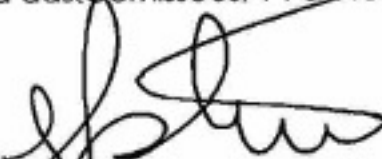
D. L.
Fls. 14


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



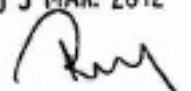
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

req.01

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 05 MAR. 2012


1º Secretário

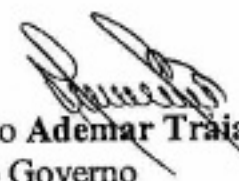
REQUERIMENTO

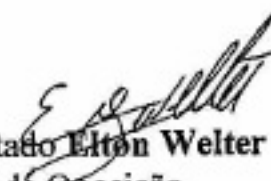
*Requer a retirada por 10 sessões da
Proposição 003/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 389/11, item 10 da
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 003/12, veto ao Projeto de Lei 389/11, item 10 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 05 de março de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo


Deputado Elton Welter
Líder da Oposição

*Anota-se a
juntada a
proposição de referência
2-7-12
Monte Roberto Borges
Diretor Legislativo*

15:33 05/03/2012 00:11:37 DE ASSINATURAS LEGISLATIVAS DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 731/11

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 081/98, incluindo os Municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pela Lei Complementar nº 129, de 14 de julho de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 878/11

Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Augusto Mocellin Neto.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Augusto Mocellin Neto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

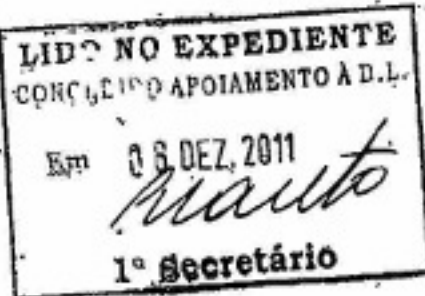
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 945/11



Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica inserida no calendário estadual a realização da Expo Londrina como Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná nos meses de abril de cada ano.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/12/11.

Hermas Junior
Deputado Estadual

15:00 06/12/2011 01:00:58 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e inserindo a sua realização nos meses de abril de cada ano no calendário oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, tradição de anos a fio da Sociedade Rural do Paraná. Realizada na cidade de Londrina, norte paranaense, tem por intuito o progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio do Estado. Atrai pessoas de todas as regiões do Brasil e do exterior. Geralmente a feira é realizada em onze dias, com várias atrações, corho festas, shows com cantores famosos, rodeio, parque de diversões, boa comida, leilões, feiras de artesanatos e culinária, festa de escolha da Rainha da exposição.

A cidade de Londrina, quando da realização da feira agropecuária, a ela se dedica integralmente. Além dos agricultores e pecuaristas que vão até a feira e movimentam aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, a feira também atrai pessoas comuns que estão dispostas à diversão.

A Expo Londrina influencia até a moda londrinense durante sua estadia na cidade. É comum notar as pessoas usando botas country, cintos com enormes fivelas e chapéu, dando o clima rural da exposição, complementada pela música sertaneja ao fundo.

A Expo Londrina movimenta milhões todo ano. São negociados maquinários de última geração, animais de porte, como gado, cavalos, entre outros, nos quais os preços podem passar facilmente de um milhão e meio de reais. Várias empresas automobilísticas também se instalam no parque, à espera de maiores lucros.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

O Paraná ganha também com o turismo, alimentação e moda.

Há quem diga que a Expo Londrina significa para o Estado do Paraná o mesmo que o carnaval para o Rio de Janeiro ou o festival de rodeio para Barretos. Para o ano de 2012, os organizadores estimam que seja a maior feira de todos os tempos.

Por isso, peço aos meus pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.

Gabinete Deputado Hermas Junior

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41) 3350-4170

Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaogjr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



REQUERIMENTO



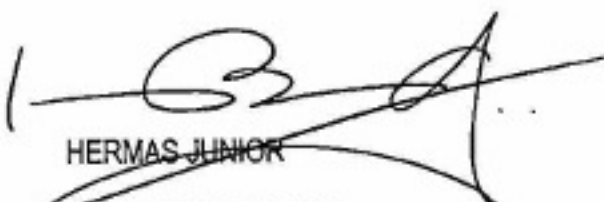
SÚMULA: REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO
DO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Exmo. Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas legais, requer URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI nº 945/2011, de sua autoria, que INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tal requerimento se justifica, tendo em vista que a feira realizar-se-á de 05 a 15 de abril, pelo que, relevante que o Projeto de Lei tramite nesta Casa e seja levado à apreciação do Exmo. Senhor Governador em data anterior à realização da feira.

Sala de Sessões, 13 de fevereiro de 2012


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Anotação - projeto
Vista - no ar
respetivo

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Sabedoria, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

14:33 13/02/2012 000616 DT ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 945/11

Projeto de Lei nº 945/11

Autor: Deputado Estadual HERMAS JUNIOR

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná e das outras providências.

EMENTA: INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGRIOPECUARIA OFICIAL DO ESTADO DO APARANÁ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, objetiva instituir a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Portanto, não há óbice ao prosseguimento do projeto.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei.




Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.


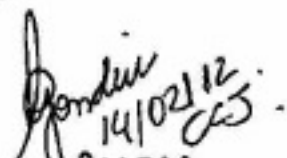

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR




REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

**SÚMULA: INSTITUI A EXPO LONDRINA
COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA
OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**EMENTA: PARECER FAVORÁVEL DA
CCJ. DEMONSTRAÇÃO DE
RELEVÂNCIA DA EXPO LONDRINA
PARA O ESTADO DO PARANÁ E PARA
O SETOR DO AGRONEGÓCIO.
PARECER FAVORÁVEL**

Trata o presente de Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Junior que visa instituir a EXPO LONDRINA como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Em sua justificativa, ressalta o autor do Projeto que a referida feira é a maior feira agroindustrial da América Latina e tem por intuito o progresso da agricultura, indústria e comércio do Estado, movimentando cerca de 20 milhões de reais com maquinários e animais, bem como, atrai pessoas para a diversão, influencia a moda na região, atrai empresas automobilísticas, desenvolve o turismo e a gastronomia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



A levar em conta que a realização da feira tem se mostrado de relevância ímpar para o setor e para o Estado do Paraná, inexistindo outra similar, não vislumbramos óbices para a aprovação do Projeto de Lei, o qual, aliás, pela titulação, fará com que a feira se notabilize ainda mais no Brasil e em diversos outros países que se mostram interessados no agronegócio.

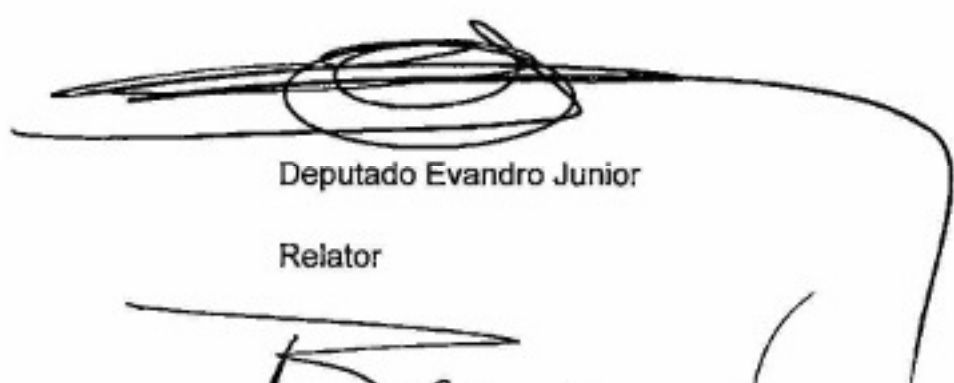
Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 29. de fevereiro de 2012


Deputado Hermas Junior


~~Presidente~~

vice-presidente


Deputado Evandro Junior

Relator


Aníbal


Presidente
em Função
12.29.02.12.12



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Projeto de Lei nº. 945/2011

Autor: Deputado Hermas Brandão Jr

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão Júnior, tem por objetivo instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná, além de inserir a data de sua realização, no mês de abril, no Calendário Oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, realizada na Cidade de Londrina, e visa auxiliar no progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio na região. Normalmente tem a duração de onze dias, atrai pessoas do Brasil e do exterior com festas, shows, parques de diversões, comida, leilões, feiras artesanais e de culinária, etc. Movimenta aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, além do montante arrecadado através do turismo, como em hotelaria e alimentação.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/02/2012, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Agricultura, no dia 29/02/2012, tendo como relator o Deputado Evandro Júnior, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, considerando a grandiosidade da feira e que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

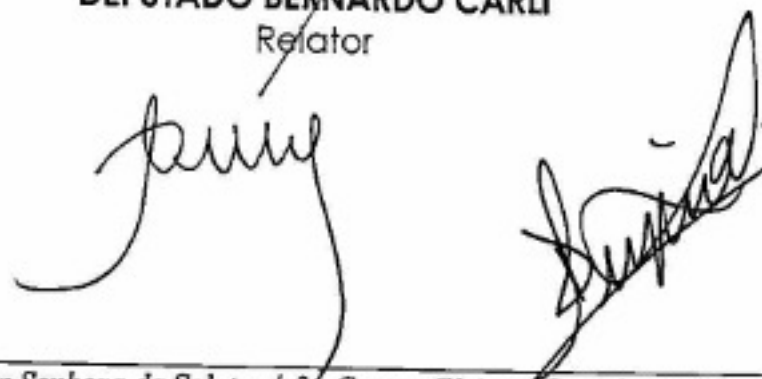
Saia das Comissões, 06 de março de 2012.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



req.01

REQUERIMENTO



Requer a retirada por 01 sessão do Projeto de Lei nº 945/11, item 06 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, requerem, após ouvido o douto plenário, *Retirada por 01 sessão*, da votação do Projeto de Lei nº 945/11, item 06, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões em, 14 de março de 2012.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Deputado Hermas Jr.
Autor do Projeto

Anote-se
junto ao
projeto de Lei nº 945/11
7-11-12

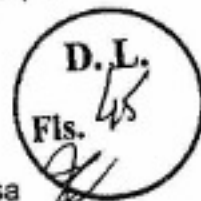


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA DE PLENÁRIO 01

PAR 20/03/12

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011



Conforme prevê o artigo 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 945/2011, de autoria do Deputado Hermas Junior.

O Projeto de Lei nº 945/2011 deverá contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Institui a Expo Paraná como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.

Art. 1º. Institui a Expo Paraná como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.


Art. 2º. A Expo Paraná ocorrerá anualmente e será itinerante, realizada a cada ano em um Município do Estado do Paraná.

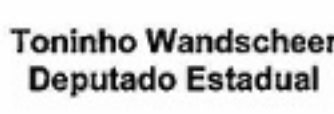
Parágrafo único. Os Municípios serão anualmente escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, sendo vedada a repetição de local em anos subsequentes.

Art. 3º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, naquilo que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua publicação.


Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

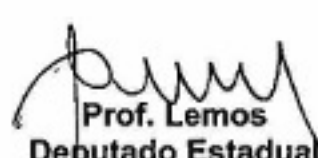
Plenário das Sessões, 20 de março de 2012.

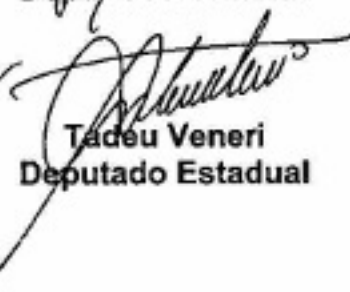

Enio Verri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

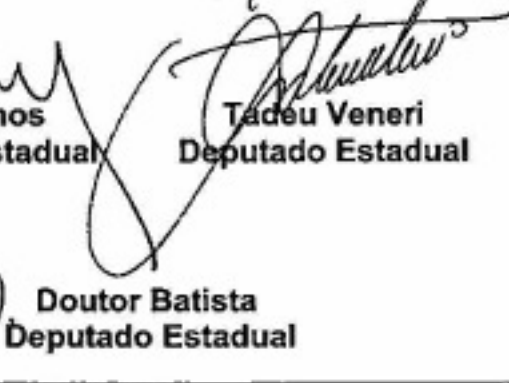

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Evandro Junior
Deputado Estadual


Doutor Batista
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 945/11

Projeto de Lei nº 945/11

Autores da emenda: Deputados Ênio Verri, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Péricles de Mello, Professor Lemos, Evandro Junior e Doutor Batista.

Súmula: Institui a Expo Paraná como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 945/11. IMPOSSIBILIDADE. INFRAÇÃO AO ART. 137, §5º REGIMENTO INTERNO ALEP POR NÃO TER RELAÇÃO DIRETA COM A MATÉRIA ORIGINAL. ILEGAL E INCONSTITUCIONAL. PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Hermas Júnior, tinha como objetivo instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria dos Deputados Ênio Verri, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Péricles de Mello, Professor Lemos, Evandro Junior e Doutor Batista. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

No entanto, deve-se atentar para duas considerações:

1- A emenda substitutiva apresentada dá atribuição ao Chefe do Poder Executivo, possuindo assim caráter autorizatório, tanto em seu artigo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

2º como em seu artigo 3º, e deste modo afronta o Princípio Constitucional da Separação dos Poderes, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais, o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si.

Ocorre que, diante dos vícios apresentados nos artigos supramencionados a emenda substitutiva geral em sua integralidade acaba tornando o projeto de lei inconstitucional.

2- Ainda, a referida emenda afronta preceitos do Regimento Interno desta Casa de Leis; uma vez que o art. 137, §5º assim estabelece:

Art. 137. (...)

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Assim, resta claro que a emenda proposta pelos legisladores estaduais não possui relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, uma vez que o projeto de lei original trata tão somente da Exposição Agropecuária de Londrina, a qual já está incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná. Enquanto, a emenda em análise está criando um novo evento agropecuário no Estado do Paraná, denominado Expo Paraná, esvaindo-se da matéria originária proposta no presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelos Deputados Ênio Verri, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Péricles de Mello, Professor Lemos, Evandro Junior e Doutor Batista, por não se encontrarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

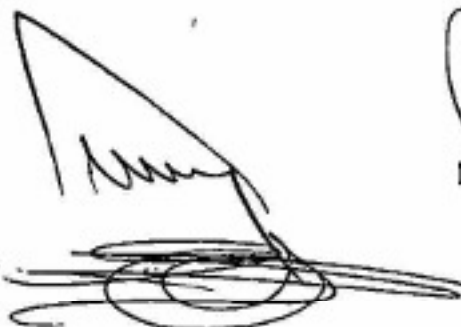
Sala das Comissões, em 21 de março de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR


Voto
CONTRÁRIO


Voto
contra.


VOTO
CONTRA

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Fernando
sc.
Dep. Lera
Dep. Evandro
Dep. Sebastião
Dep. ...



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

586/11

SÚMULA: Altera dispositivo que especifica, da Lei Complementar nº 85/99 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º. O inciso I, do artigo 22, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei Complementar nº 133, de 29 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - dezessete membros do Ministério Público, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de pesquisa, assessoramento processual e administrativo."

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

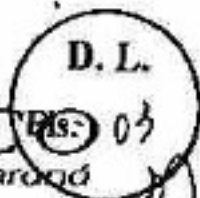
Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto objetiva alterar o disposto no inciso I, do artigo 22, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei Complementar nº 133, de 29 de dezembro de 2010.

Prevê citado artigo, em sua redação atual, que "O gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cuja composição e funcionamento serão definidos no regimento interno da Procuradoria-Geral de Justiça, terá: I – dez membros do Ministério Público, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de pesquisa, assessoramento processual e administrativo".

A proposta amplia em 07 (sete) o número de assessores do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, passando dos atuais 10 (dez) para 17 (dezesete) membros do Ministério Público. Ressalte-se que o aumento é do número de funções (assessoramento), para as quais são designados Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância titulares de cargos já existentes.

Objetiva-se com isto suprir a necessidade do serviço decorrente da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, "por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



democrático e os Interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação".

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.

Centrada no serviço de assessoramento do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir o montante de R\$ 16.882,32 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), corresponde a um acréscimo de 0,0704347% (zero vírgula zero, sete, zero, quatro, três, quatro, sete, por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 91.445,90 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.
Fls. 05

Fls. 06
Protocolo

16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 712/11 e nº 718/11 do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 731/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (ago/dez), será de 0,0004999% (zero vírgula zero, zero, zero, quatro, nove, nove, nove, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

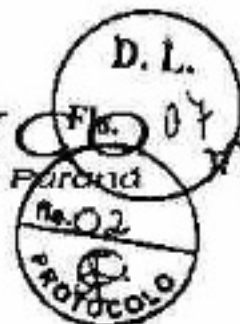
Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

9



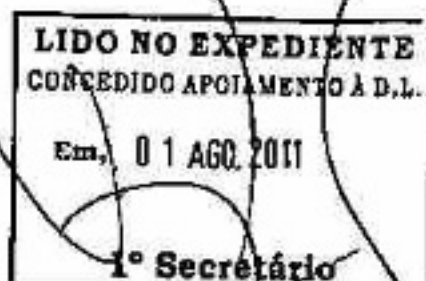
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1282/11-GAB

Curitiba, 26 de julho de 2011.



A DAT p/ lei em anexo
expediente

A st p/ fiscalização
Em, 17 de agosto 2011

Senhor Presidente,

Presidente

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Incluso Anteprojeto que visa alterar dispositivo da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

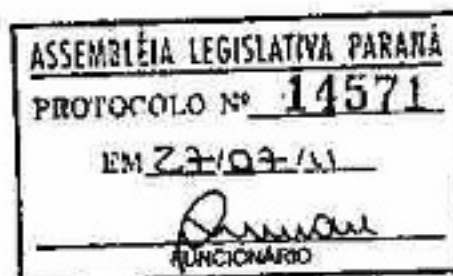
Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 0713/11

PROTOCOLO Nº 13195/04 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Solicita criação de 7 novas funções de Membro do Ministério Público-Assessor da PGJ.

Senhor Coordenador Executivo:

Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 91.445,90 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), referente à criação de 7 novas funções de Membro do Ministério Público-Assessor da Procuradoria Geral de Justiça, para o período de agosto a dezembro/11.

Para o exercício de 2012, o recurso orçamentário no valor de R\$ 219.470,16 (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta reais e dezessete centavos), referente ao período de janeiro a dezembro, integrará a Proposta Orçamentária para o exercício de 2012.

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062262.392 - Administração dos Serviços do Ministério Público, no subelemento de despesa 3190.1102 - Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provimento Efetivo.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Curitiba, 13 de julho de 2011.

Maria Priscila Mazarotto Thorne
Diretora

Visto: 13/07/11

Orçamentário -



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO : Nº 0731/2011

PROTOCOLO : 13195/2004 - MP/PR

ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL— GRATIFICAÇÕES DE ASSESSOR PGJ.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*
- II. criação de cargo, emprego ou função;*
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2011 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2010.

b) A situação para o exercício de 2011, antes do cômputo da despesa em



D. L.
Fls. 18

261

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Mai/10 a Abr/11	17.608.078.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	357.843.744	1,983%	289.413.580	1,603%	237.978.317	1,319%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	378.592.560	2,070%	325.077.793	1,777%	274.611.436	1,501%

c) O Impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 16.882,32, mensais, para os meses de agosto a dezembro/11, R\$ 7.034,30, referente ao 13º salário/11 e de R\$ 219.470,16, anuais, para o exercício de 2012, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Mai/10 a Abr/11	17.608.078.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	358.916.505	1,989%	290.481.340	1,609%	239.046.078	1,324%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	380.995.021	2,083%	327.480.254	1,790%	277.013.897	1,514%

d) Se autorizada, a despesa em questão, corresponderá a 0,0004999% no gasto total com pessoal no exercício de 2011, em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2011) de R\$ 18.291.855.076,00.

É a informação.

D.F., 13 de julho de 2011.

Maria Priscila M. Thomé
Diretora do Departamento Financeiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 586/11

Projeto de Lei nº 586/11
Autor: Ministério Público

Súmula: Altera dispositivo que especifica, da Lei Complementar n.º. 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N.º. 85/99, LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, POSSIBILIDADE, LEGITIMIDADE AFERIDA, ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93, ARTIGO 127 DA CF, ARTIGOS 65 E 114 DA CE, ART. 48 LC 85/99, LC 101/00, LC 95/98, LEGAL CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público objetiva a alteração do dispositivo que especifica da Lei Complementar n.º. 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, visando ampliar dezessete membros do Ministério Público, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de pesquisa, assessoramento processual e administrativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis complementares cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "[...] das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O. L.
Fls. 30
A

dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

O Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

O Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o Procurador Geral de Justiça declara que o mesmo não importará em aumento de despesa, pois haverá rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados.

O Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 27 de Março de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

FL 31

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

Related

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 586/11

O presente Projeto de Lei Complementar de autoria do Ministério Público – Ofício nº 1282/11, que altera dispositivo que especifica, da Lei Complementar nº 58/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, é recepcionado por esta Comissão em atenção ao determinado pelo artigo 33-B, do Regimento Interno desta Casa de Leis. (ampliação do número de assessores do Gabinete do Procurador Geral de Justiça).

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, observamos que a proposta vem acompanhada da informação de que as despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

É salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Procurador Geral de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual – (PPA), aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27/12/2007 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.561, de 16 de agosto de 2010 (LDO).

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/03/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO
RELATOR

 
DEP. EMILIO VGARAL - RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI

588/11

D. L.

Fls. 02

SÚMULA: Transforma cargos de Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Curitiba e de Promotor de Justiça perante Varas Cíveis, que especifica, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça Especializadas no Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º. Ficam transformados os seguintes cargos de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná:

I – 01 (um) cargo de Promotor de Justiça Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ao vagar, em 01 (um) cargo denominado 2º (segundo) Promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II – 01 (um) cargo de Promotor de Justiça Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ao vagar, em 01 (um) cargo denominado 1º (primeiro) Promotor de Justiça de Proteção à Educação do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

III – O cargo de Promotor de Justiça junto à 16ª (décima sexta) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 2º (segundo) Promotor de Justiça de Proteção ao Consumidor do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

IV – O cargo de Promotor de Justiça junto à 2ª (segunda) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 4º (quarto) Promotor de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

V – O cargo de Promotor de Justiça junto à 10ª (décima) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 5º (quinto) Promotor de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

VI – O cargo de Promotor de Justiça junto à 14ª (décima quarta) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 6º (sexto) Promotor de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

8



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

Fls. 003

Parágrafo único. A ordem de precedência para o provimento dos cargos resultantes da transformação será determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 2º. São atribuições dos cargos resultantes da transformação prevista nesta lei aquelas indicadas na Lei Complementar Estadual nº 085, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

04

JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto propõe a transformação de cargos de Promotor de Justiça, que especifica, e sua respectiva titularização em Promotorias de Justiça especializadas do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A densidade institucional conferida ao Ministério Público pela Constituição da República, no que tange ao espectro de atuação de seus membros, impõe a tutela da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ao lhe ser conferida a condição de instituição permanente e essencial à administração da Justiça, goza o Ministério Público, hodiernamente, do status de guardião da cidadania.

Na realização dos graves misteres advindos desse múnus, assume o Ministério Público um papel relevante na concretização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais.

Espelhando instrumento para a realização dessa missão, visa o anteprojeto o redirecionamento de cargos de Promotores de Justiça titulares para tais atribuições fundamentais, por duas vias:

a) reduzindo o número de integrantes de membros do Ministério Público que oficiam perante os Juízos Cíveis, porque possuem atribuições majoritariamente residuais, agindo sempre em função das demandas que aportam no Poder Judiciário, o que, de certa forma, mitiga a autonomia enquanto primado constitucional;

9

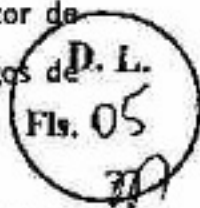


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



b) transformando, ao vagar, cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba em cargos de titulares junto às Promotorias Especializadas do Foro Central.



Um olhar proativo ao presente anteprojeto de lei possibilita antever que o Ministério Público do Estado do Paraná, com o redimensionamento ora proposto, melhor contribuirá para o ingente esforço dos Poderes Públicos na efetivação dos direitos sociais indisponíveis e das políticas sociais básicas, contribuindo para a pacificação social, seja na identificação e resolução extrajudicial de conflitos, seja prevenindo ou reprimindo práticas deletérias à harmonia comunitária.

A repartição racionalizada de atribuições entre os diversos órgãos de execução, dotados das mesmas garantias, reclama a atuação do Estado-legislador para colmatar a deficiência legislativa que ora se pronuncia.

Processa-se por este ato um esforço de adequação das Promotorias de Justiça como instâncias administrativas, à luz da disciplina instituída na Lei Federal nº 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual nº 8625/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), provendo-as com cargos de Promotores de Justiça titulares e atribuição específica, respeitando-se o princípio da independência funcional e a garantia da inamovibilidade.

Declarou o constituinte que os agentes do Ministério Público necessitam de uma série de salvaguardas para o pleno exercício de suas atribuições. Dessa forma, a Constituição Federal estabeleceu os princípios específicos do Ministério Público e previu uma série de garantias – e aqui interessam especialmente o princípio da independência funcional e a garantia da inamovibilidade. Há também uma série de vedações às atividades de seus membros, sempre visando à imparcial atuação na defesa dos interesses já mencionados. Tais vedações e garantias, a par de se dirigirem aos membros da instituição, são amparos para os cidadãos.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Saberão eles que o Ministério Público não se encontra sob influência de qualquer outro interesse que não aqueles constitucionalmente estabelecidos.

D. L.
Fls. 06

Assim, para que a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público se dê com obediência ao princípio da independência funcional e da garantia da inamovibilidade, necessário se faz que estejam lotados em órgãos administrativos — Procuradorias e Promotorias — dotados de atribuições previamente fixadas e que os seus integrantes possam ser escolhidos para compô-los mediante a adoção de critérios abstratos e prévios estabelecidos em lei, evitando-se a discricionariedade na escolha e a possibilidade de que o agente do Ministério Público possa vir a ser simplesmente afastado caso sua atuação desagrade aos ocupantes momentâneos do poder, estejam eles dentro ou fora da própria Instituição.

Dai o denominado princípio do promotor natural, que nada mais é que a conjugação do princípio da independência funcional com a garantia da inamovibilidade. Já afirmou o eminente Ministro Celso de Mello, em julgamento da Corte Suprema: *"...trata-se de garantia de ordem jurídica destinada tanto a proteger o membro da instituição na medida que lhe assegura o exercício pleno e independente de seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e pré-determinados, definidos em Lei"* (HC 67.759).

Fixados, portanto, os contornos do princípio do promotor natural, vale ressaltar que a legislação do Ministério Público no âmbito do Estado do Paraná, e especificamente nas entrâncias finais, prevê a existência de Promotores de Justiça titulares (aos quais a incidência do princípio do promotor natural é plena) e Promotores de Justiça Substitutos de entrância final, estes com atribuições definidas no Inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público:

*"Art. 68. São atribuições do Promotor de Justiça: ...
XVII - como Promotor de Justiça Substituto, nas comarcas de entrância final;*

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



1 - substituir os Promotores de Justiça titulares nas seus impedimentos, faltas, férias, licença e afastamento;

2 - exercer outras atribuições, por designação do Procurador-Geral de Justiça*.

D. L.
Fls. 07

Como se vê, a ampla possibilidade de indicação de atribuições aos Promotores de Justiça substitutos de entrância final acaba por lhes impedir a incidência plena do princípio do promotor natural, eis que lhe podem ser atribuídas e retiradas designações por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Verifica-se que no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba existem 123 (cento e vinte e três) Promotores de Justiça com atuação em primeiro grau de jurisdição, sendo 71 (setenta e um) titulares e 52 (cinquenta e dois) substitutos de entrância final, numa proporção próxima de um Promotor de Justiça titular para um Promotor de Justiça Substituto da referida entrância final, situação inexistente em qualquer outra Comarca de entrância final. É importante a figura do Promotor de Justiça Substituto para atuar nas previsões legais, mas deve ela ser proporcional e mitigada às necessidades, e não para, genericamente, substituir a função especializada como se dela titular fosse.

Tal distorção progrediu ao longo do tempo e decorreu, principalmente, da aplicação da regra legal de criação automática de um cargo de Promotor de Justiça para cada cargo de Juiz de Direito criado, mantendo-se as atribuições junto ao cargo de Juiz de Direito, ainda que desnecessário o respectivo cargo de Promotor de Justiça. Ou seja, a divisão de atribuições do Ministério Público, em linhas gerais, no referido foro, representa apenas um espelho da divisão judiciária, sem considerar as peculiaridades e necessidades estruturais do Ministério Público, especialmente na área das Promotorias denominadas especializadas. Nelas, além do exercício das ações judiciais, se desenvolve uma importantíssima função extrajudicial que tem como relevante diferencial a resolutibilidade das demandas sem a intervenção.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, existiam 22 (vinte e dois) Promotores de Justiça titulares de Varas Cíveis (um em cada Vara), número que, evidentemente, não é necessário, ao passo que não existem titulares, por exemplo, nas Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público, ao Consumidor, ao Meio Ambiente e à Educação, às quais, se pretende atribuir titular com o presente projeto.

D. L.
108
[assinatura]

Como não existem os cargos para o desempenho destas funções, o que ocorre na prática é que tais atribuições são desempenhadas por Promotores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça. Nestas Promotorias especializadas são designados Promotores de Justiça substitutos de entrância final ou deslocados Promotores de Justiça titulares de outras Promotorias da Capital — com a concordância destes —, fato que faz com que as vagas destas outras Promotorias sejam preenchidas por outros Promotores de Justiça Substitutos de entrância final ou mesmo por Promotores de Justiça titulares de outras Promotorias, não daquelas em que estão designados, num efeito de designações em cascata, diminuindo cada vez mais o número de Promotores titulares em exercício na própria titularidade.

Desta forma, tal situação causa instabilidade institucional, haja vista que os Promotores de Justiça que exercem atribuições junto a estas Promotorias especializadas — sejam eles Promotores de Justiça titulares de outras Promotorias, sejam Promotores de Justiça Substitutos de entrância final — não gozam da garantia de inamovibilidade, uma vez que, em tese, podem a qualquer momento ser removidos das atividades que desempenham, pois são apenas designados, não titulares dos cargos onde atuam. Então, pode-se dizer que tais Promotores de Justiça, na prática, também não gozam da garantia da independência funcional, pois, em tese, podem ser removidos para outra Promotoria de Justiça, a qualquer tempo, independentemente de motivação ou fundamentação.

9

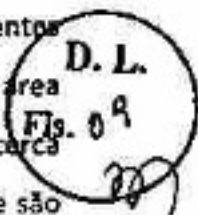


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Variados são os exemplos dos problemas decorrentes da divisão funcional inadequada em consequência das designações precárias: na área Cível, onde não se necessita de vinte e dois Promotores de Justiça, atualmente cerca de nove lá atuam. Estes nove desempenham suas funções na Promotoria em que são titulares e são designados para cumular atuação junto a outras Varas Cíveis, enquanto que os demais são designados para funções de Gabinete e Promotorias Especializadas.



Posto isto, faz-se necessária uma nova divisão funcional para as atribuições ministeriais na Comarca de Curitiba, que dote as Promotorias de Justiça na forma prevista no art. 48 e §§ da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Paraná, em reprodução quase literal do art. 23 e §§ da Lei Orgânica Nacional:

"Art. 48. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta Lei.

§ 1º As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores."

Isso se fará apenas com a transformação dos cargos atualmente existentes na Comarca de Curitiba, o que não implica qualquer aumento de despesa e está timbrada com a anuência formal do Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos do disposto no art. 23 e no art. 54, ambos da mesma Lei:

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ante a dificuldade orçamentária para a criação de cargos, optou a Procuradoria-Geral de Justiça, amparada pela imprescindível manifestação do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e expressada na Resolução nº 07/11, de 09 de maio de 2011, promovendo concomitante processo de racionalização interna, pela transformação de alguns cargos existentes e hoje vagos, e outros que vagarão futuramente, mercê da evolução dos respectivos provimentos, visando justamente à redefinição das atribuições nas áreas indicadas no projeto.

D. L.

Fig. 11

Insta acrescentar que, havendo rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados, a medida proposta não implicará aumento de despesas.

O preenchimento dos cargos decorrentes da transformação resultante desta lei estará, portanto, adstrito ao cumprimento dos requisitos e dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº. 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

Fls 13

Fls. 02

PROTÓCOLO

Ofício nº 1311/11-GAB/11

Curitiba, 26 de julho de 2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 01 AGO 2011

1º Secretário

A VAP + 1 leitura no
expediente
A de 1º priorização
Em, 27/07/11

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que propõe a transformação de cargos de Promotor de Justiça, que especifica, e sua respectiva titularização em Promotorias de Justiça especializadas do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Olympio de Sá Sotto Maior Neto
Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14:19 01/08/2011 005690 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTÓCOLO Nº 14570
EM 27/07/11
<i>[Assinatura]</i>
FUNÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 588/11

Projeto de Lei nº 588/11
Autor: Ministério Público

Súmula: Transforma cargos de Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Curitiba e de Promotor de Justiça perante Varas Cíveis, que especifica, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça Especializadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

EMENTA: TRANSFORMA CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DA COMARCA DE CURITIBA E DE PROMOTOR DE JUSTIÇA PERANTE VARAS CÍVEIS, QUE ESPECIFICA, EM CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO PERANTE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. ART. 48 LC 85/99. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

FN. 25

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público objetiva a transformação de 04 (quatro) cargos de Promotor de Justiça junto às 2ª, 10ª, 14ª, 16ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, e mais 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em igual número de cargos de Promotor de Justiça com atuação junto às Promotorias de Justiça Especializadas na comarca de Curitiba, como medidas necessárias à adequação da situação existente aos ditames constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fg. 26
5

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 22
7

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o **Ministério Público**, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 22
5

provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira". Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias" ¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa da pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

Destarte, a Lei Orgânica do Ministério Público, Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, determina:

Art. 48. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta Lei.

§ 1º. As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 29
5

§ 3º. A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colegiado de Procuradores. (grifo nosso)

Não obstante, a Lei supramencionada dispõe que a Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes:

Art. 76. A Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o Procurador Geral de Justiça declara que o mesmo não importará em aumento de despesa, pois haverá rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

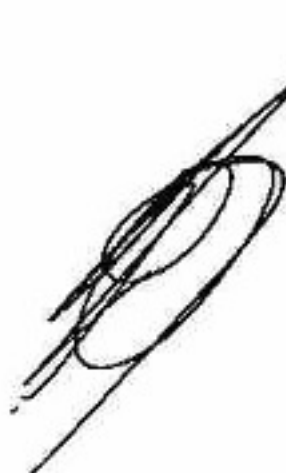


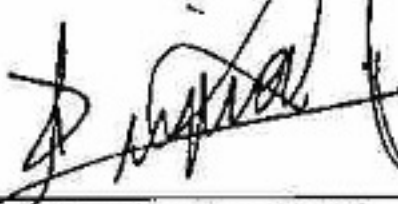
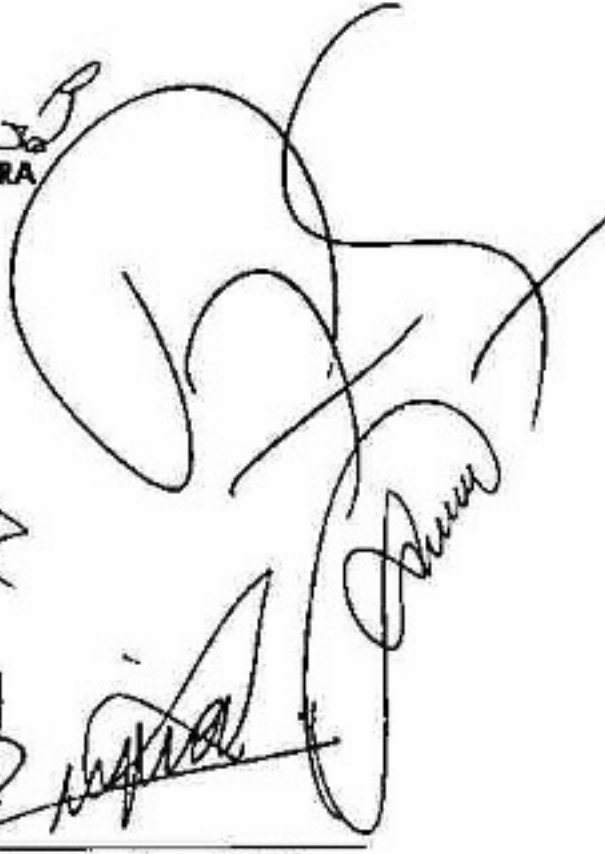
Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

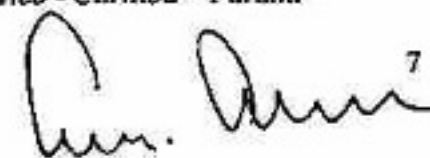

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado NEREU MOURA

Relator






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


7



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 588/11

O presente Projeto de Lei Nº 588/11, de autoria do Ministério Público – Ofício nº 1311/11, que transforma cargos de Promotor de Justiça substituto da Comarca de Curitiba e de Promotor de Justiça perante Varas Cíveis, que especifica, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça especializadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, é recepcionado por esta Comissão em atenção ao determinado pelo artigo 33-B, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura, exarou o competente parecer favorável.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, observamos que a proposta prevê a transformação de 04 (quatro) cargos de Promotor de Justiça junto às 2ª, 10ª, 14ª, 16ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, e mais 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em igual número de cargos de Promotor de Justiça com atuação junto às Promotorias de Justiça Especializadas na Comarca de Curitiba, como medidas necessárias à adequação da situação existente aos ditames constitucionais.

É salutar observar que a proposta vem acompanhada da informação do Procurador Geral de Justiça de que a medida não implicará em aumento de despesas, tendo em vista a rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos referidos neste Projeto de Lei.

Informa ainda, que o preenchimento dos cargos decorrentes da transformação resultante desta lei, estará em atenção ao cumprimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

dos requisitos e dos limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000.


Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/03/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO
RELATOR


Dep. Enio Veltri - Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck

Gabinete Deputada Marla Tureck

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº

601/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 02 AGO. 2011

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Associação Desportiva Asa Leste - ADAL",
com sede e foro no Município de Campo
Mourão.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a
"ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ASA LESTE - ADAL" - com sede e foro no Município
de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 2011.

MARLA TURECK
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputada Marda Tureck

D. L.
Fls. 03

JUSTIFICATIVA

A Associação Desportiva Asa Leste - Adal fundada em 27 de Fevereiro de 2008 com sede e foro no Município de Campo Mourão é uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário, constituído para difundir e aperfeiçoar a prática do futebol de campo amador e outras modalidades esportivas amadoras, programar festividades, como festivais e torneios esportivos.

Tem por finalidade difundir a prática de esporte em geral, especialmente Futsal e de Futebol de campo entre seus associados, proporcionando a estes, dentro de suas possibilidades, reuniões de caráter esportivo, social e recreativo.

A entidade objetiva desempenhar trabalhos voltados às comunidades carentes, principalmente privilegiando as crianças e adolescentes com programas de escolinhas nas diversas modalidades esportivas.

A proposição se faz pertinente, considerando que a Associação Desportiva Asa Leste é uma entidade sem fins lucrativos, e de âmbito desportivo, que atende mais de 250 crianças e adolescentes do Município de Campo Mourão, com o intuito de propiciar o contra turno escolar, retirando estas crianças das ruas e preenchendo seu tempo com atividades esportivas, recreativas, disciplinares e educativas.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 601/2011

Projeto de Lei nº. 601/2011
Autora: Deputada Estadual Marla Tureck

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Associação Desportiva Asa Leste - ADAL",
com sede e foro no Município de Campo Mourão.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Marla Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"Associação Desportiva Asa Leste - ADAL"**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



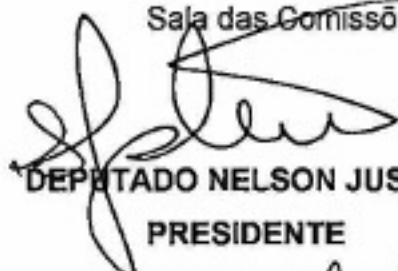
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pérciles de Mello



Projeto de Lei Nº ^{870/11}~~2012~~



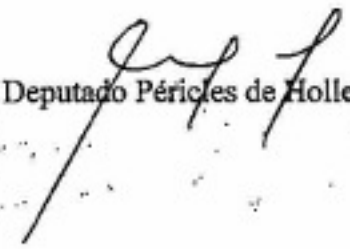
Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto com sede e foro no município de Ponta Grossa.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede na Rua Dr Colares, 342 – Centro CEP 84010-010, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa/PR, CNPJ nº 10.889.925/0001-99.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1 de novembro de 2011


Deputado Pérciles de Holleben Mello



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello

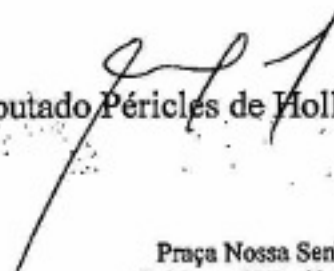


JUSTIFICATIVA:

O Instituto Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto, iniciou suas atividades em 2005, mas somente em 2007 é que foi oficializado, com o objetivo de despertar as aptidões vocacionais e humanitárias dos jovens e crianças através da Cultura Sim Violência Não, com oficinas, cursos profissionalizantes e Artísticos complementados com recreações e palestras de combate às drogas, violência e criminalidade, terá atendimento especial para crianças e adolescentes. Atuar junto aos pais para a Educação Familiar, através de cursos e palestras e distribuição de cartilhas alusivas à educação familiar. O instituto atua também com a formação de cooperativas e/ou associações para estimular a independência financeira das famílias de baixa renda.

Esse Instituto leva o nome de Homar Paczkowski Antunes Pinto, filho único de Roberto Antunes Pinto e Genoveva Paczkowski Antunes Pinto, nascido em 10/02/1970 na cidade de Ponta Grossa-PR, que faleceu vítima da violência que interrompeu sua trajetória de juventude no auge de sua carreira, no dia 07/09/2007. Esse jovem escritor viveu com muita beleza interior, a qual sua simplicidade era contagiante, dotado de grande sabedoria e totalmente despido de preconceitos, cuja a sua filosofia de vida era "só o amor conduz à magnitude e a beleza da vida como um todo".

A mesma foi instituída no mês de março de 2006, com a finalidade de dirigir atividades desportivas na cidade de Ponta Grossa; cumprir e fazer cumprir todas as legislações esportivas; organizar fichários, padronizar estatutos, regras e regulamentos para seus filiados entre outras atividades, sempre promovendo o desporto, a integração entre atletas e entidades.


Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 870/2011

Projeto de Lei nº. 870/2011
Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Instituto de Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



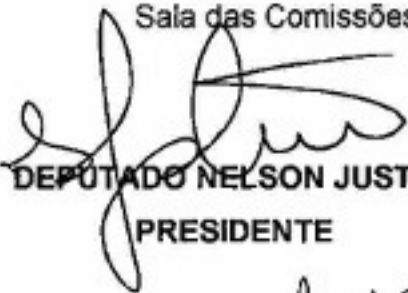
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO BÚLIO GENARI
RELATOR










Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Enio Verri



PROJETO DE LEI Nº. 912/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 NOV, 2011

mauth
1º Secretário

Súmula: Altera a Lei nº 1.713 de 07 de Janeiro de 1954, que declarou Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Cultura, com sede e Foro nesta capital.

Art. 1º - O Projeto de Lei nº 1713 de 7 de Janeiro de 1954 passa a ter a seguinte redação:

Art.1º- Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, a **Associação Paranaense de Cultura - APC**, com sede e foro na nesta capital.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 22 de novembro de 2011.

[Assinatura]
Enio Verri
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Saleta, 4º andar Gabinete 405 Curitiba - PR 80530-911
Fone/Fax: (41) 3350-4053 / 3350-4253




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Enio Verri



JUSTIFICATIVA

O Presente Projeto de Lei visa alteração da Lei nº 1713 de 7 de Janeiro de 1954, que declara Utilidade Pública a **Sociedade Paranaense de Cultura**, para **Associação Paranaense de Cultura – APC**, com sede e Foro nesta capital, conforme estatuto atual da associação.

Sala de Sessões, em 22 de novembro de 2011.


Enio Verri
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 912/2011



Projeto de Lei nº. 912/2011

Autor: Deputado Estadual Enio Verri

Súmula: ALTERA A LEI Nº 1.713, DE 07 DE JANEIRO DE 1954, QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, tem por objetivo alterar a denominação da entidade Sociedade Paranaense de Cultura - APC.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei tem como finalidade apenas modificar o nome da entidade de Utilidade Pública, necessitando estar devidamente instruído com a cópia do estatuto que consta o novo nome da entidade e o CNPJ atualizado.


Diante do exposto, o presente projeto de lei não encontra óbices para sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EMÍLIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

